



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCerrado

Ata Executiva

1ª Reunião da Subcomissão Executiva do PPCerrado

DATA

21 de junho de 2023

LOCAL

Ministério do Meio Ambiente, Esplanada Dos Ministérios, Bloco B, 8º Andar, sala 824 – e participantes virtuais

PAUTA

Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado

PARTICIPANTES

Coordenação		
Nome	Instituição	e-mail
André Lima	SECD/MMA	andre.lima@mma.gov.br
Raoni Rajão	DPCD/MMA	raoni.rajao@mma.gov.br
Participantes		
Cláudio Almeida	Inpe/MCTI	claudio.almeida@inpe.br
Fabiola	DFlor/MMA	
Gabriel Lui	SAM/CC	gabriel.lui@presidencia.gov.br
Jair Schmitt	Dipro/Ibama	jair.schmitt@ibama.gov.br
João Paulo Sotero	SECD/MMA	joaopaulo.sotero@mma.gov.br
Maurício Pompeu	SECD/MMA	
Monique Sacardo Ferreira	SMC/MMA	monique.ferreira@mma.gov.br
Nara Pantoja	Cenima/Ibama	nara.pantoja@ibama.gov.br
Saulo Rodrigues	Embratur	
Secretaria Executiva		
Diego Pereira	DPCD/MMA	diego.pereira@mma.gov.br
Felipe Lima R. Barbosa	DPCD/MMA	felipe.barbosa@mma.gov.br
Luciana Machado	DPCD/MMA	luciana.machado@mma.gov.br
Marcia David	DPCD/MMA	marcia.david@mma.gov.br
Renê L. Oliveira	DPCD/MMA	rene.oliveira@mma.gov.br
Participantes virtuais		
Ana Luiza Campos	DOT/MMA	ana.campos@mma.gov.br
Felipe Barbosa	DOT/MMA	felipe.barbosa@mma.gov.br
Daniel Barbosa	DPCD/MMA	daniel.barbosa@mma.gov.br



Karen Cope	SAM/CC	karen.cope@presidencia.gov.br
------------	--------	--

ASSUNTOS TRATADOS

André Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD/MMA) fez a abertura da reunião agradecendo a participação de todos. Fez algumas considerações iniciais sobre o contexto de elaboração do Plano e o desafio de zerar o desmatamento até 2030. Ressaltou também que o papel da SECD, enquanto Secretaria Executiva da Subcomissão é facilitar o processo de articulação e mobilização dos atores em prol desse objetivo. Após tecer alguns comentários rápidos sobre o desmatamento no Cerrado, passou a palavra aos participantes para que fizessem uma breve apresentação.

Gabriel Lui (Secretário Adjunto da Casa Civil) ressaltou a importância da reinstalação da Subcomissão Interministerial e reforçou o Decreto n. 11.367, de 1º de janeiro de 2023, que estabeleceu a necessidade de elaboração de planos de controle do desmatamento para todos os biomas e da importância da participação dos ministérios e demais instituições para o fortalecimento da agenda.

Em seguida André solicitou que fosse exibido vídeo sobre o Cerrado produzido pela BBC News (disponível em https://www.google.com/search?q=youtube+bbc+news+cerrado&rlz=1C1PRFI_enBR907BR907&oq=youtube+bbc+news+cerrado&aqs=chrome..69i57j33i160l2.10509j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:212c8476,vid:L99Mykspf ZQ), e então passou a palavra para Raoni Rajão, Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas (DPCD), para que apresentasse o histórico sobre o PPCerrado.

Na sua exposição, Raoni destacou que a estrutura da nova fase do plano já está dada pelo Decreto nº 11.367/2023, que alterou o Decreto s/n, de 15 de setembro de 2010.

Na sequência, Cláudio Almeida, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCTI), apresentou a situação do desmatamento no Cerrado e mencionou os principais sistemas de monitoramento disponibilizados pelo Inpe, Prodes, Deter e TerraClass, indicando que os dados PRODES e DETER estão disponíveis na plataforma TerraBrasilis.

Nesse contexto, também foram apresentadas algumas informações sobre a dinâmica do desmatamento no Cerrado, com destaque para a localização do desmatamento recente na região conhecida como Matopiba (acrônimo para as iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e para o fato de que 75% desse desmatamento estão concentrados em áreas cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que a questão que se impõe é saber se esses desmatamentos são ou não autorizados. Também foi feita a ressalva de que, diferentemente da Amazônia, no Cerrado a permissão para supressão de vegetação pode chegar a 80% de cada propriedade, o que torna a meta de zerar o desmatamento até 2030 ainda mais ousada. Ressaltou que esse desafio não é um desafio setorial, exclusivo do MMA, mas, sim, de responsabilidade comum aos demais setores, e, por isso, deve ser compartilhado e enfrentado por diferentes pastas.

Feitas essas considerações, Renê Oliveira, Coordenador-Geral de Combate ao Desmatamento, apresentou a metodologia proposta para a elaboração da 4ª fase do PPCerrado, que inclui:

- Seminário Técnico-Científico (data indicada: 11 de julho);
- Oficinas temáticas (entre 12 e 13 de julho);
- Oficina da Subcomissão;
- Audiência pública no Congresso Nacional;



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCerrado

- Consulta pública (data tentativa em 11 de setembro, Dia do Cerrado); e
- Lançamento (provavelmente em outubro de 2023).

Concluídas as apresentações, a palavra foi aberta para que os participantes fizessem comentários, sugestões ou outras considerações.

Gabriel Lui (CC/PR): retomou o tema da permissividade para desmatamento no bioma para destacar que ações de comando e controle continuam sendo importantes, sobretudo para as unidades de conservação de proteção integral e outras áreas protegidas.

Jair Schmitt (Diretoria de Proteção/Ibama): comentou sobre ações de fiscalização desenvolvidas pelo Ibama e sobre embargo remoto e restrições ao financiamento.

Livia Martins (Diretoria de Biodiversidade e Florestas/ Ibama): comentou sobre sua experiência na Superintendência do Ibama na Bahia, para dizer que muitos municípios no estado estão emitindo autorizações de supressão de vegetação, o que torna seu monitoramento mais difícil em razão da falta de padronização entre eles. Por esse motivo, sugere uma abordagem territorial ou por estado. Além disso, sugere que o plano inclua, também, o tema de recuperação de áreas degradadas.

Luciano Matos (MDA): abordou que a redução do desmatamento no Cerrado é um desafio mais complexo que na Amazônia por causa do elemento político. Teceu algumas recomendações para a nova fase do PPCerrado, quais sejam, incluir, junto com o eixo sobre produção (atividades produtivas sustentáveis), a questão do consumo sustentável; considerar que as várias fitofisionomias do Cerrado exigem abordagens também diferenciadas; criar zonas de uso exclusivo da agricultura familiar, em especial nas áreas de assentamento, e zonas de proibição de uso de transgênicos e agrotóxicos e de restrição para pulverização aérea; incluir, nos sistemas de monitoramento do desmatamento, áreas de refúgio e de quebra de patógenos.

André Lima (SECD/MMA): ressaltou que competências que afetam diferentes ministérios, como o caso das propostas apresentadas pelo representante do MDA, que estão diretamente relacionadas ao Ministério da Agricultura e Pecuária, precisam ser muito bem articuladas.

Saulo Rodrigues (Embratur): apresentou o interesse do Ministério do Turismo em participar do esforço para reduzir/zerar o desmatamento e teceu comentários sobre mercados voluntários de carbono e política de uso da terra e de mudanças no uso da terra e florestas (LULUCF, na sigla em inglês).

Fabíola (Departamento de Florestas/MMA): ponderou que, além de diálogos bilaterais, há também a necessidade de integração entre planos, por exemplo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB).

Renata (Ministério da Agricultura e Pecuária): reforçou a disposição e interesse da pasta em contribuir para a redução do desmatamento no Cerrado e se colocou à disposição para discutir propostas que venham a ser apresentadas ao longo do processo de elaboração do plano.

Daniel Pereira (Censipam/MD): reforçou o interesse do Centro em contribuir para as discussões, destacando que 18% do bioma Cerrado estão incluídos na área de atuação do Censipam.

Gustavo (Ministério do Planejamento): comentou que o engajamento da sociedade para a conservação do Cerrado é bem menor do que para a Amazônia ou para a Mata Atlântica. No Cerrado há mais liberalidade para desmatar, motivo pelo qual sugere restrições ao direito de exploração da propriedade.



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCerrado

André Lima (SECD/MMA): PPCerrado é um plano de ação e alterações legislativas não fazem parte do escopo do plano, a menos que sejam extremamente necessárias.

Gabriel Lui (CC/PR): sugeriu trabalhar numa agenda federativa, talvez nos moldes dos municípios prioritários para redução do desmatamento na Amazônia, a partir do estabelecimento de prioridades espaciais, revisão dos critérios para as autorizações para supressão de vegetação e oferta de instrumentos de mercado.

ENCAMINHAMENTOS

Alguns encaminhamentos apresentados pelo Secretário André incluem:

- Revisar o PPCDAm e avaliar o que também pode ser aplicado ao Cerrado e o que deve ser aplicado, mas que não se aplica à Amazônia;
- Definição, por cada instituição, de suas das ações prioritárias;
- Designação de um só representante de cada instituição para o Seminário Técnico-Científico em função da limitação do espaço no auditório do Prevfogo no Ibama;
- Renê encaminhará tabelas do PPCDAm por e-mail.